

Joaquim Vital, o editor da Diferença

Por Sérgio C. Andrade, em Paris



O “Libération” chamou-lhe “o bom dinossauro irascível”; outros apelidaram-no “o Orson Welles dos livros”. É um homem grande, afável, disponível, voz suave e discurso cativante. Joaquim Vital é o editor da La Différence, casa sediada em Paris desde 1976, e que ao longo dos anos publicou já 1500 títulos, entre os quais quase uma centena são de autores portugueses

Era o dia do seu 59.º aniversário. Se tivesse cumprido a sua agenda, estaria em La Rochelle, com a sua companheira de vida e de aventuras editoriais, a belga Colette Lambrichs, a participar numa sessão do festival “Passeurs de Monde(s)” organizado pelo Instituto do Livro de Poitou-Charentes e pela sua directora, Sylviane Sambor (que tinha preparada uma pequena festa de aniversário). As contingências do calendário dos prémios literários franceses retiveram-no em Paris, para poder fazer companhia – na vitória ou na derrota – a um autor das suas Éditions de la Différence, Jean Perol, que com o romance “Le Soleil ne se Couche à Nippori” era um dos três nomeados para o Prémio da Academia Francesa das Letras (que, afinal, haveria de ir parar a Vassilis Alexakis, pelo livro “Aprés J.C.”, ed. Stock).

Joaquim Vital recebeu o PÚBLICO no escritório da sua editora em Belleville, paredes-meias com a memória de Edith Piaf. Um edifício discreto numa rua estreita deste bairro popular agora principalmente habitado pela comunidade chinesa de Paris. Uma mesa-secretária entre pilhas e pilhas de livros, apenas alguns do milhar e meio de títulos que editou desde que se estabeleceu na capital francesa no início da década de 1970, depois de um primeiro exílio de seis anos em Bruxelas.

O jovem Joaquim Vital abandonara Portugal (e Lisboa, onde nascera em 1948) depois de ter passado pelas cadeias da PIDE, em 1965, quando era estudante e militante do Partido Comunista. Já nessa altura se tinha manifestado a sua paixão, autodidacta, pelos livros – em resultado de “uma vocação congénita”, admite. Era ainda adolescente quando editou um volume de ensaios de Urbano Tavares Rodrigues, “Escritos Temporais”. Quando percebe que a PIDE está de novo no seu encaço, foge do país e exila-se em Bruxelas, onde continua a sua militância política, mas agora já distante da linha do PC e mais virado para “a luta armada, entre o maoísmo e o guevarismo”, e onde a actividade editorial tem também um papel a desempenhar. É o tempo da editora La Taupe, nome de ressonância marxista – a toupeira vista como “a metáfora da Revolução”. Nesses anos

pós-invasão soviética de Praga de 1969, Joaquim Vital há-de voltar a conhecer as celas, em Brno, na Checoslováquia, mas desta vez “por razões quase opostas”, quando foi tido como um espião que faria sair documentos dos anti-estalinistas checos para o estrangeiro. No final, a luta (e a causa) que ficou foi a dos livros. Foram eles – e os escritores e artistas que foi conhecendo – que o fizeram optar, em 1972 e em definitivo, por Paris. Aqui funda, quatro anos depois, a La Différence, primeiro para publicar livros de arte, mas depois para poder chegar à arte que mais o fascina, a poesia. E decide, desde o início, que a literatura, a poesia e a arte do seu país terão um lugar especial no catálogo – que conta já uma centena de títulos de autores portugueses. Passadas três décadas de uma actividade “diferente” daquelas que marcam o panorama editorial, tanto em França como em Portugal, Joaquim Vital aceita fazer para o PÚBLICO uma viagem pelas suas afinidades electivas.

PÚBLICO – Quando, há cerca de dez anos, escreveu um livro a fazer o balanço de vinte anos de edição na La Différence, disse que se tratava de uma actividade sem perspectiva. Uma década depois, como vê a situação?

JOAQUIM VITAL – Quando eu escrevi que era “um balanço sem perspectiva” estava a fazer um jogo de palavras, porque queria dizer duas coisas ao mesmo tempo. A primeira é que, de facto, não há muitas perspectivas. A segunda é que esta é uma actividade em que estamos sempre tanto com o nariz em cima das coisas que nos é muito difícil distanciar, e por isso termos uma visão de perspectiva, daquilo que fazemos. Quando uma pessoa vai envelhecendo, a perspectiva acaba por ser possível em relação às coisas mais antigas. E eu sou já de um tempo bastante antigo, do tempo – que em Portugal também mudou muito, como aqui – em que uma pessoa se tornava editor, como foi o meu caso, apenas porque gostava dos livros.

Foi uma vocação, desde o início?

Eu detesto essa palavra, mas, no meu caso, houve um bocão dessa vocação. Publiquei o meu primeiro livro, do Urbano Tavares Rodrigues, “Escritos Temporais”, quando tinha 18 anos. Porque é que decidi publicá-lo, nessa altura? Sou incapaz de responder.

Entretanto, decidiu exilar-se de Portugal, na sequência de ter sido preso pela PIDE. Em que circunstâncias foi preso?

Porque estava no Partido Comunista. Foi em 1965, na altura em que todo o elenco do PC – éramos trinta e tal – que estava nas universidades e nas escolas, foi preso ao mesmo tempo. Eu estava no Liceu Gil Vicente. Estive preso três meses e fui condenado a um ano com pena suspensa. Depois, quando me avisaram de que ia ser preso outra vez, saí de Portugal, e só voltei depois do 25 de Abril de 1974.

A sua relação com o PC acabou quando foi para a Bélgica?

Acabou quando eu tinha 18 anos. Na Bélgica, eu estava já numa fase de luta armada, entre o maoísmo e o guevarismo. Já não tinha nada a ver com o PC.

Acabou por voltar a ser preso, depois, na Checoslováquia, em Brno. Porquê?

Isso foi por razões quase opostas. Na altura, os checos estavam mesmo convencidos – foi depois da invasão de Praga, em 1969 – que eu ia muitas vezes à Checoslováquia e trazia documentos dos anti-estalinistas checos para o estrangeiro. Mas como não apanharam documento nenhum, libertaram-me. Mas isso ainda foi na minha fase de militância política. Ao fim e ao cabo, essa minha militância acabou, de uma maneira um bocado estranha, depois do 25 de Abril. Já não havia razões...

O seu forte envolvimento político na Bélgica passou muito pela actividade de editor.

Sim. Foi a continuação da militância muito forte que tinha em Portugal. Enquanto editor, fundei na Bélgica a La Taupe. Era uma referência a Marx: a toupeira como metáfora da Revolução. Publicámos livros muito variados, do Mao Tse Tung ao Trotsky (até em língua flamenga). Foi uma fase da minha vida, que acabou quando eu tinha 23 anos.

Porquê?

Em relação a Portugal, eu não via bem, estando emigrado, como é que podia intervir na sua vida política à distância de dois mil quilómetros. Depois, não que eu estivesse particularmente desiludido com a política, mas houve uma altura em que houve uma mistura de estar farto da Bélgica, de estar farto, digamos, da política historicista. E foi também porque aquilo de que eu sempre gostei, desde pequenino, foi mesmo de literatura. E, por uma série de circunstâncias, liguei-me a muitos artistas franceses, pintores, escultores, que me convenceram a vir para Paris. De facto, era uma realidade bem mais palpitante do que Bruxelas. E as primeiras coisas que eu fiz, ainda antes de criar a La Différence, foi editar livros de arte, álbuns de fotografias.

Quando chegou a Paris, ainda viveu o tempo das tertúlias de café?

Absolutamente. Essas tertúlias acabaram por volta dos anos 80, e isso também mudou completamente Paris. Sabia-se que as pessoas estavam ali àquela hora, e não era preciso marcar encontros para se verem. Agora, em Paris, é tudo muito fechado. É sempre muito difícil contactar com as pessoas. Isto contrasta com aquilo que eu vivi na altura em que para cá vim, e em que posso dizer que “je suis rentrée dans Paris comme dans du beurre” (“Entrei na cidade como faça quente em manteiga”). Agora é tudo mais impessoal. Mesmo aos escritores, não há quem lhes ponha a vista em cima. As pessoas trabalham em casa, têm os seus próprios “lobbies”... O mundo mudou.

Quando chegou a Paris, abandonou então, de vez, a militância política editorial.

Enquanto editor, abandonei completamente.

Porque deixou de acreditar na Revolução?

(Risos) A Revolução, de qualquer maneira, não estava a precisar de mim. A situação em Portugal tinha mudado. Penso agora que, na altura do 25 de Abril, se eu já não estivesse em Paris, se ainda estivesse em Bruxelas, quase de certeza que regressaria a Portugal. Mas estava cá, a minha vida pessoal tinha mudado muito, e estava apaixonado – e ainda continuo, 30 anos depois – por esta cidade. Tinha uma série de projectos cá. E não voltei. Ainda por cima, na altura, quando eu voltava a Portugal, via os meus amigos a viverem uma atmosfera que era, ao mesmo tempo, extremamente excitante e muito conflituosa. Era muito difícil vê-los todos ao mesmo tempo: cada qual estava já em posições políticas completamente diferentes umas das outras. Foi então que comecei a trabalhar com o [Alexander] Calder, com o [Joan] Miró. E trabalhei com o [Jean] Hélion, com o [André] Masson. Eram grandes nomes da pintura. Mas a única vantagem é que era uma actividade extremamente lucrativa. Foi o único período da minha vida em que eu ganhei, de facto, muito dinheiro.

A editar livros de arte...

Livros de arte e de bibliofilia: gravuras, fotografias. E como eu trabalhava com nomes muito conhecidos... O primeiro apresentou-me aos outros. Mas isto também não me satisfazia. Pensei: “Ao fim e ao cabo, aquilo que me interessa é a literatura – vou fazer uma editora em que tente conciliar as duas coisas, as artes plásticas e a literatura”.

Escreveu que é a poesia o que verdadeiramente mais lhe interessa.

Sim. Aliás, os três primeiros livros que publicámos foram “Les Demeures d’Hypnos” e “Taro Okamoto”, ambos de Patrick Waldberg, uma recolha de poemas de Malcolm Leary, “Pour l’Amour de Mourir”, e o ensaio de Victor Segalen “Les Origines de la Statuaire de Chine”. Foi graças a Patrick que eu conheci praticamente toda a Paris. Era um personagem extremamente conhecido e que se dava com toda a gente. Mas ele foi sempre muito mais um conselheiro do que um participante – nessa altura, tinha sessenta e tal anos e eu 26. Comecei a editora e, com franqueza, quando a comecei, não pensei nem em ganhar dinheiro, nem que seria uma coisa que eu iria fazer toda a minha vida.

Era mais uma aventura?

Sim. Era uma aventura. E, depois, há uma espécie de vírus da edição, que eu apanhei.

Herdou-o do seu pai?

O meu pai, Augusto Vital, era um homem extraordinariamente literato. Tinha traduzido para português o Maupassant – a “Maison Tellier” (“A Casa Tellier”). Era uma pessoa que adorava os livros. Publicou um. Mas morreu logo a seguir ao 25 de Abril. O meu pai sempre teria gostado de trabalhar em livros. Mas vendia máquinas para a construção de estradas e coisas desse género, que não tinham nada a ver com a literatura. Talvez, de

uma certa maneira, tenha sido para eu fazer aquilo que ele teria gostado de fazer – mas eu também não gosto muito destas interpretações. Não sei.

A La Différence apresenta já um catálogo notável para uma editora independente.

Em 31 anos, publicámos 1500 livros, ou seja, 50 por ano, em que o essencial é, de facto, a poesia. Mas publicámos duzentos e tal livros de arte, muita literatura estrangeira e muita literatura francesa – actualmente estamos numa fase em que publicamos muita literatura francesa. Houve também uma altura em que publiquei muita literatura portuguesa, apesar de, no princípio, não estar muito voltado para aí. Para falar com franqueza, foi uma fase em que eu quase cortei com o país. Mas, depois, apercebi-me de que havia tais lacunas em relação à difusão da literatura portuguesa que resolvi fazê-lo. E devo ter publicado, até à data, uma centena de títulos de autores portugueses, que, agora, são aqui já mais conhecidos. Mas continuo a publicar.

Na lista de autores portugueses que editou, não estão, por exemplo, José Saramago, nem António Lobo Antunes, ou Agustina. Porquê. Achou que eles não tinham necessidade disso?

Na altura em que eu comecei, eles tinham todos necessidade disso. Salvo a Agustina, que tinha publicado na Gallimard vários anos antes, nenhum estava traduzido em francês. Do Saramago, eu devia ter publicado um livro dele. Cheguei a fazer a proposta para o *Memorial do Convento*, mas foi dez dias depois da editora que acabou por o publicar. É um dos livros do Saramago que eu prefiro... Já o Lobo Antunes, contrariamente a muita gente, não é um dos meus autores preferidos. Não o publicar foi também uma escolha editorial... No caso da Agustina, havia um livro que tinha sido publicado, e outros que já estavam em opção num outro editor. O meu critério, nessa altura – para dizer a verdade, agora não é tanto assim –, era que quando havia um autor português que já tinha editor, eu ficava muito contente e não via por que é que me ia misturar no assunto. Para além de que havia outros que eu queria mesmo publicar, como a Sophia.

Sophia e Maria Judite de Carvalho são as escritoras de quem publicou mais livros. São as autoras de quem gosta mais?

A Sophia, eu tive por ela uma autêntica paixão. É um bocado absurdo, porque não tínhamos nada o mesmo tipo de carácter. Mas considero que ela e o Eugénio de Andrade, na segunda metade do século, são os dois grandes poetas portugueses. Sem falar do Herberto Helder, que também admiro. A Maria Judite de Carvalho, conheci-a desde muito cedo, por via do Urbano Tavares Rodrigues, que era o seu marido. Eu adorava os livros dela, e pensei que, em relação a um público francês – e não me enganei –, a literatura da Maria Judite ia interessar. É uma literatura seca, aguda, irónica, muito portuguesa. Aparentemente simples, mas muito complicada. Os livros dela tiveram aqui um sucesso muito maior do que alguma vez tiveram em Portugal – e continuo a pensar que, mesmo actualmente, ela é mais conhecida aqui. O caso da Sophia foi muito diferente. Fui eu mesmo que a traduzi, o que não fiz com mais ninguém, à parte o Vasco Graça Moura, que, para mim, é actualmente o grande poeta português.

E como romancista?

Conheço menos bem. Dele publiquei só um romance, “Les Derniers Chants d’Amour”, e vou agora publicar outro, “Por Detrás da Magnólia” (“Le Magnolia”). Mas o que me fascina mais no Graça Moura, para ser honesto, é a poesia. É uma poesia muito singular em toda a história da poesia europeia actual.

Quando escolhe um escritor português para editar em França, fá-lo, naturalmente e como já deu a entender, pelo seu gosto pessoal, mas tem também alguma preocupação em ver se é um género de literatura (ou de poesia) que terá público? Ou tem algum espírito de missão: dar a conhecer em França um autor que acha que merece ser conhecido?

A poesia, em França, actualmente não tem público. É escusado um editor tentar escolher qual é o poeta português que se pode vender melhor cá. À parte o caso absolutamente excepcional do Fernando Pessoa – mas isso é outra coisa. A poesia vende-se ainda pior em França do que em Portugal.

Isso acontece agora, ou foi sempre assim?

É uma realidade que vem já de há muito tempo. Mesmo quando se pega nos grandes poetas franceses, o Aragon, ou poetas de grande público, as tiragens eram muito inferiores às de Portugal. Um livro do Aragon, ou do Michaux, que se vendesse muito... – e não falo dos livros de bolso, que é um outro fenómeno –, mesmo que numa primeira edição tirassem 15 mil exemplares, vinte anos depois não estava esgotado! Em Portugal, a relação com a poesia foi um bocado falseada – ou não falseada; as coisas eram assim – durante todo o salazarismo, quando a poesia teve um papel de resistência, e houve tiragens de livros da Sophia, e do Eugénio, que deverão chegar aos 30 mil exemplares... Era quase uma actividade militante. Em França, mesmo quando eu aqui cheguei, a poesia já não era actividade militante nenhuma.

Não acredita, então, naquilo que se diz de Portugal ser um país de poetas?

Não. Mas estou convencido de que, na literatura portuguesa do século XX, o essencial é a poesia. De longe.

A poesia portuguesa dessa época vai ficar para a história?

A poesia portuguesa do século XX é uma das maiores da Europa, para não dizer do mundo. Há imensos poetas de primeira água, e não há dezenas de romancistas de primeira água. Há autores muito bons, e há um que é um grande escritor – e em França nunca foi traduzido –, e que só publicou três livros, antes do 25 de Abril – é o Nuno Bragança, de quem vou publicar no próximo ano “A Noite e o Riso” (“La Nuit et le Rire”). É um excelente romancista, que, aliás, influenciou muitos dos autores actualmente na moda. Mas não direi que tenha a mesma importância duma Sophia. E há também a

Sophia contista, porque há contos dela que são poesia em estado puro, como “A Viagem” dos seus “Contos Exemplares”, que é, para mim, um dos melhores contos do século XX. Este tipo de entusiasmo, nunca o tive com os romancistas portugueses. Nem com o Vergílio Ferreira, que é um excelente romancista, onde se vê uma influência camusiana, sartreana, mas que não tem o “éclat”, este estado de magia que há em certos poetas portugueses, como no próprio Herberto Helder, que é também uma poesia culta.

A perspectiva de um autor funcionar ou não em língua francesa condiciona a escolha dos que publica?

No romance e nos contos, é evidente que isso conta mais. Há autores portugueses que é uma pena não estarem traduzidos em francês, mas que, independentemente da minha vontade... Por exemplo, o Miguel Torga foi muito traduzido, e muito bem. Mas já não há nada do José Régio. São azares.

E do Aquilino Ribeiro há muito pouco.

Por exemplo, “A Casa Grande de Romarigães” é um livro excelente em português, mas não vejo como é que um público francês poderia interessar-se por ele. O que poderia interessar-lhe, no Aquilino, é aquilo que é menos Aquilino: certas novelas. Mas a grande marca dele é um certo estilo da linguagem, que é extremamente difícil. A menos que, de repente, apareça um tradutor de génio. Mas esses são muito raros. Eu tive um tradutor de génio – foi quando publiquei “A Peregrinação”, do Fernão Mendes Pinto. Foi um trabalho absolutamente extraordinário feito por um desconhecido, Robert Viale, que trabalhou nele quatro anos. Só me traduziu isso e mais nada. Nem sei o que é que ele fez depois. Acabámos por dar ao público francês uma edição sem trair nada, que eu próprio leio mais facilmente em francês do que em português. Mas é um caso raríssimo. Aliás, a edição foi uma divina surpresa, porque eu vendi 18 mil “Peregrinações”, o que é completamente inesperado – e fiz uma primeira edição de dois mil exemplares.

O que é que conhece da literatura portuguesa actual?

A prosa portuguesa contemporânea, conheço-a relativamente mal, porque não leio muito. Quando vou a Portugal – e vou, em geral, de dois em dois meses, por razões familiares –, vou a uma livraria e compro sempre cinco ou seis livros recentes. É a principal ligação que tenho com Portugal. Mas é uma relação bastante aleatória.

Dos autores mais jovens e recentes, algum lhe chamou particularmente a atenção?

O [José Eduardo] Agualusa é um excelente autor. E há um outro interessante, o Gonçalo M. Tavares, autor do “Jerusalém”, que tem uma obra curiosa. Pedi uma opção para um livro dele, mas há uma amiga minha que já me anunciou que tinha comprado os direitos para o publicar cá. Mas, à parte os livros do Agualusa, continuo a ler os livros dos autores que publiquei. O meu critério é um bocado especial: raramente me decido a publicar um autor em função de um livro, a menos que seja um primeiro livro. Interessa-me mais ter uma política de autores e continuar a publicar obras deles que eu acho importantes do que

publicar um livro para fazer um “scoop”. Isso nem é bom para o autor, nem para o editor. Agora vou publicar um romance do Vasco Graça Moura, “Le Magnolia”, e vou completar a “Trilogia da Mão” do Mário Cláudio, com “Rosa”. E também um romance da Isabel Fraga, “A Desenhadora de Malvas” (“La Dessinatrice”).

Fez um protocolo com a Fundação Gulbenkian para publicar uma série de autores.

Serão quatro, cinco livros por ano.

Costuma pedir apoio a instituições portuguesas para as suas edições?

Não. Durante muitos anos, não pedia apoios – nem valeria a pena, porque não nos davam. Depois, com a Gulbenkian, primeiro, e com o Instituto Português do Livro, pedia apoios para a tradução, que era parcial ou inteiramente pago por eles. Isto em França é bastante importante, porque, contrariamente aos autores, que são pagos à percentagem, aqui o tradutor é pago à página. Há muitos casos de livros em que o tradutor ganha mais dinheiro do que o autor. Mas o protocolo com a Gulbenkian é agora um caso um bocado diferente. Foi a fundação que nos contactou, para prosseguir a sua política de difusão da literatura portuguesa, e nós co-editamos os livros com ela.

Quem faz a escolha dos livros?

Sou eu, exclusivamente. A Gulbenkian não tem nada a ver com essa escolha.

A actividade de um editor independente em França é rentável?

Pouco. Nós vivemos sempre de uma maneira um bocado esquizofrénica. Temos um sector do livro de arte, que continua a render mais do que a literatura e a poesia, e que me permite publicar esta, e financia praticamente a editora. O sector literário é muito mais difícil. Mas o meu critério é sempre publicar um livro se acho que ele é bom... Evidentemente que prefiro que o livro se venda, porque não sou masoquista. Mas nunca recusei um livro com o argumento de que ele não se ia vender. Se não se vender no primeiro ano, vende-se no segundo, ou no terceiro... ou quinze anos depois. Mas o problema é que, actualmente, o circuito da imprensa e da distribuição não está nada feito para o nosso género de produção.

Não há lugar para os fundos editoriais?

Não. O fundo, que para mim é a única coisa interessante na edição, actualmente não vai de vento em popa, porque o que as pessoas querem é o livro-objecto, que está uma semana nas prateleiras. Vende-se muito, mas depois desaparece. Esse tipo de edição não me interessa absolutamente nada.

Tem, então, cada vez mais dificuldade em distribuir os seus livros.

Nós não nos distribuimos a nós próprios. Somos distribuídos por uma distribuidora, que é a mesma da Seuil. Num livro que eu possa dizer que é de grande público, posso pôr três mil, quatro mil ou cinco mil exemplares. Mas se vou publicar um livro de poemas... E, pelo sistema actual em França – e suponho que em Portugal também –, se a coisa não se vende, volta para o editor. Eu insisti sempre em manter um sistema de difusão industrial, porque, neste aspecto, não acredito no artesanato. Mas não temos o produto que actualmente preenche as prateleiras de livros nos supermercados em França. A nossa produção é para a rede das livrarias, das Fnac, das bibliotecas.

Em Portugal houve um grande debate, há alguns anos, aquando da colocação dos livros nos hipermercados... Uns diziam que isso iria destruir as livrarias; outros, que não, porque eram para públicos diferentes; outros, ainda, que isso iria criar hábitos de leitura e trazer com eles novos leitores. Também viveu esse debate em França?

Os livros nas grandes superfícies, aqui, existem praticamente desde o início. Mas essa ideia de que isso cria hábitos de leitura, acho-a muito optimista. Não acredito nisso, de que alguém que compra um livro num supermercado, de repente, vai a correr às livrarias comprar outro. Não é do mesmo tipo de livros que estamos a falar. Detesto utilizar estas fórmulas elitistas, mas era o André Gide que dizia, já há 90 anos, que qualquer livro que venda mais de três mil exemplares, é porque houve algum equívoco em qualquer sítio. Em princípio, o público leitor de literatura não sobe nem desce. Anda entre os dois mil e os cinco mil.

Mas diz-se que há, agora, uma menor apetência para a leitura por parte dos mais jovens, por causa da televisão e dos computadores.

Não mudou muito. O que se tornou muito difícil, ultimamente, nas redes livreiras em França, é o leitor encontrar determinado livro no sítio em que estava habituado a tê-lo. Isso é um problema que está a ser discutido. É este contacto que está rompido. À parte as Fnac, onde, em princípio, se pode encontrar toda a produção, mas uma produção que se renova muito.

Em Portugal, diz-se que as Fnac se têm aproximado cada vez mais da lógica de supermercado.

Isso é verdade. Mas, apesar de tudo, ainda são importantes. Quando eu procuro um livro e não o encontro numa livraria, normalmente vou encontrá-lo na Fnac. Tem essa vantagem. Evidentemente que se modificou completamente a relação. As Fnac, no início, em França, exerciam uma autêntica actividade de apoio à cultura. Actualmente fazem a gestão de “stocks”. Há 28 anos, quando as Fnac começaram aqui, publicava-se um livro, eles pegavam em 50 exemplares e faziam pilhas com eles. Agora, se pensam que um livro vai ter sucesso, compram cinco e põem um na prateleira. A atmosfera mudou completamente. Mas, apesar de tudo, do ponto de vista da difusão, as Fnac devem representar entre 15 a 20 por cento do mercado.

Em que ponto está o seu projecto de escrever (e editar) um livro sobre os “Cem Anos da Literatura Portuguesa”?

Continua nos meus planos. Já publicámos livros sobre os cem anos da literatura mexicana e espanhola. E pensámos fazê-lo também sobre a literatura portuguesa. Ando a trabalhar neste projecto há sete anos. Vou ainda precisar de mais quatro ou cinco. A ideia é ir do Eça até à actualidade.

Que outros projectos tem em carteira, como escritor?

Vou publicar, pela primeira vez na minha vida – será uma estreia –, em Outubro do ano que vem, quando fizer 60 anos, um livro de novelas. O título será “La Vie et le Reste”.

No seu livro mais recente, “Adieu à Quelques Personnages” (2004), porque é que escreveu só sobre figuras já desaparecidas.

Eu não escrevi só sobre pessoas que já desapareceram. Os personagens que dão origem aos capítulos já desapareceram, mas falo de muitos que ainda estão vivos. O meu critério era, de uma certa maneira, “homenagear” – não gosto muito desta palavra – pessoas que, no contacto que tive com elas, me tinham impressionado particularmente. A ideia de juntar a esses personagens pessoas ainda vivas, não a adoptei por um processo de comodidade – de baixa comodidade. Eu contacto com muita gente, tenho muitos amigos, e se ia escrever sobre uns e não ia escrever sobre os outros, iria entrar em susceptibilidades que não eram nada o meu objectivo ao escrever o livro. Foi essa a razão. Há algumas pessoas mais, daquelas com quem trabalho, de quem eu gostaria de fazer o retrato. Mas há outras, de quem gosto muito, mas de quem não tinha vontade nenhuma de fazer o retrato.

Dos quarenta e tal personagens a que dedica os capítulos no livro, só há quatro portugueses: Edmundo Bettencourt, Vergílio Ferreira, Maria Helena Vieira da Silva e Maria Judite de Carvalho...

Houve naturalmente aqueles autores de quem eu não podia fazer retratos: o Eça de Queirós, de quem publicámos praticamente a obra completa, ou o Fernão Mendes Pinto. Dos outros, há muitos que, felizmente, continuam vivos. Ou estavam vivos no momento em que eu escrevi o livro: a Sophia, por exemplo, de quem eu teria gostado muito de fazer um retrato; o mesmo com o Eugénio de Andrade. E gostaria muito de escrever sobre o Urbano Tavares Rodrigues e sobre o Júlio Pomar, mas eles, felizmente, estão vivos.

Admite editar este livro em Portugal, eventualmente com algumas adaptações ao nosso mundo literário?

Não. Em relação a este livro, como a muitos outros, há uma coisa curiosa: Portugal é um dos países em que as nossas edições, em geral, são menos traduzidas. Não sei qual é a razão. Dos 1500 títulos que já publicámos, tenho consciência de que há 300 ou 400 que

poderiam ter sido traduzidos noutras línguas. Mas há muitos mais livros traduzidos no Japão do que em Portugal, o que é um bocado esquisito.

Mas tentou que essas traduções se fizessem?

Não. Tenho uma relação um bocado específica com Portugal. Há uma série de “démarches” que eu faço facilmente, se é com países que eu não conheço: a Alemanha ou a Holanda, ou a Espanha. Aí mantenho uma relação com alguma distância, puramente comercial. Com Portugal, como conheço muita gente e tenho muitos amigos, e como também não quero misturar os negócios com os afectos, tenho mais dificuldades. Há vários autores que eu publico, tanto franceses como árabes, por exemplo, que me dizem: “Em Portugal, vais com certeza conseguir uma edição”. Mas eu, às vezes, consigo mais facilmente editar no México do que em Portugal.

Para além da produção literária, acompanha a realidade política portuguesa?

Quando lá vou, acompanho através da televisão, dos jornais e de alguns amigos com quem falo. Mas a minha relação com Portugal não se pode dizer que esteja numa das suas fases mais ao rubro. É como todas as coisas: umas vezes estão mais ao rubro, outras estão mais em baixo. Actualmente estão mais em baixo.

Que visibilidade tem hoje Portugal aqui em França, genericamente?

Portugal tem agora muito mais visibilidade em França do que tinha há 25 anos. Apesar de tudo, já não é só o país de onde vêm os emigrantes. Já não se ouve aquela coisa desagradável: “Ah, você é português? Tem piada, a minha criada também”. Já se mudou um bocado, nesse aspecto. Tornámo-nos um país mais europeu.

Terá sido por iniciativa e mérito próprios, ou pelo arrastamento da integração europeia?

Em grande parte, é pela integração. Para uma pessoa que vive aqui há muito tempo, é muito difícil ter uma apreciação correcta da própria evolução política portuguesa. Evidentemente, sejam quais forem os defeitos de uns e de outros, eu prefiro o José Sócrates ao Santana Lopes. Há assim umas coisas elementares. Mas há alguns aspectos na política portuguesa, quando se vê assim de longe, com alguns personagens extremamente arcaicos, impossíveis em qualquer país do mundo, mas que continuam, como aquele homem da Madeira, o Alberto João Jardim. Parece uma figura da época do Eça! Mas saber se as medidas políticas são as boas ou não? Dá-me a impressão, visto daqui, que não há assim uma grande diferença entre as políticas do PS e as do PSD.

Encontros e desencontros

No seu livro “Adieu à Quelques Personnages” (Éditions de La Différence, 2004), Joaquim Vital evoca mais de quarenta personagens com quem privou, ou contactou, ao longo da sua actividade de editor. A pretexto dessas memórias, Vital aceitou entrar numa espécie de jogo espontâneo, que consistiu em identificar e classificar algumas dessas grandes figuras das artes e das letras, portuguesas e estrangeiras, com quem teve encontros e (nalguns casos) desencontros.

Agustina Bessa Luís – Conheço-a mal, só a encontrei em casa da Vieira da Silva, com a Sophia. Nos seus livros há páginas magníficas, das mais belas da literatura portuguesa do século XX.

Maria Helena Vieira da Silva – A última grande pintora de uma tradição que se perde.

Sophia de Mello Breyner Andresen – O mar, o sol, toda a beleza do mundo.

Eugénio de Andrade – Poeta do essencial, a simplicidade dos seus versos é apenas aparente.

Edmundo de Bettencourt – Para mim, encarnou o mistério da poesia.

Vergílio Ferreira – Um excelente escritor e um honesto cidadão, voluntariamente antipático.

Urbano Tavares Rodrigues – Real talento, entusiasmo sincero e ingenuidade por vezes desconcertante.

Maria Judite de Carvalho – Uma lucidez implacável.

Júlio Pomar – O melhor pintor português vivo, e não só.

Herberto Helder – Nunca nos falámos, apesar de ter editado dois livros dele. Livros singulares, ricos, intensos.

Max Ernst – Águia e leão, um dos reis da selva surrealista.

Joan Miró – Alguns dos seus quadros são autênticos milagres.

Francis Bacon – Extraordinariamente exacerbador dos sentidos.

Pierre Klossowski – Um dos raros homens que *pensou* a sério o erotismo.

Gilles Deleuze – A inteligência ao rubro.

Claude Lévi-Strauss – Um monumento. Respeitável como quase todos os monumentos.

Federico Fellini – Genial, insolente e sibarita.

Orson Welles – Um gigante da história do cinema. E o marido da Ava Gardner e da Rita Hayworth (risos).

Autores portugueses editados este ano e no próximo no catálogo de La Différence

2007

Isabel Fraga, *Le Sourire de Leonor*
Nuno Júdice, *L'Ange de la Tempête*
Teresa Rita Lopes, *La Vie en Vers*
Vasco Graça Moura, *Une Lettre en Hiver*
António Osório, *Les Yeux d'Ulysse*
Eça de Queirós, *Lettres de Paris* (bolso)
Pierre Restany, *José de Guimarães, le Nomadisme Transculturel*
Mário de Sá-Carneiro, *Poésies Complètes* (bolso)

2008

Nuno Bragança, *La Nuit et le Rire*
Mário Cláudio, *Rosa*
A. Campos Matos, *Eça de Queiroz et les Sept Biographes*
Isabel Fraga, *La Dessinatrice*
Vasco Graça Moura, *Le Magnolia*
Eça de Queirós, *Contes et Nouvelles*
Urbano Tavares Rodrigues, *Les Carnets Secrets d'António de Portugal, Prieur du Crato*